

Resumo das atividades parlamentares em 2004



Senador Tasso Jereissati

Resumo das atividades parlamentares em 2004



Senador Tasso Jereissati



ÍNDICE

Uma oposição construtiva	5
Pronunciamentos	6
Projetos de Lei, Emendas e Medidas Provisórias	11
Agenda	22

2004 UMA OPOSIÇÃO CONSTRUTIVA

Encerramos o segundo ano do mandato que o povo cearense nos delegou pelo voto, com a responsabilidade de defender os interesses do Ceará e do Brasil, no Senado da República. Tivemos mais um ano de intenso trabalho nas comissões técnicas, no plenário, junto aos ministérios e demais órgãos do Governo Federal, no meu Estado, noutras regiões do País e fora dele, em visitas e reuniões de trabalho, participando de eventos e articulações com os mais diversos segmentos e lideranças civis, para o melhor desempenho da nossa missão. Estivemos atentos na tribuna exercitando com dignidade e equilíbrio o nosso papel de oposição construtiva, debatendo e contribuindo para o aperfeiçoamento de projetos e leis do interesse nacional, como as Parcerias Público-Privadas, a nova Lei de Biossegurança, a Redução da Carga Tributária, a Modernização do Parque Industrial Brasileiro, defesa dos Profissionais Liberais na área de tributação, emendas orçamentárias com mais recursos para o Ceará, projeto contra o Trabalho-Escravo, além dos trabalhos sobre a violência na Subcomissão de Segurança Pública, criada por nossa iniciativa e transformada em fórum de debate nacional. A presente publicação decorre do nosso dever de prestar contas aos cearenses e aos brasileiros, em geral, das nossas atividades públicas, possibilitando-lhes amplo acompanhamento das nossas ações, fundadas na seriedade e na transparência.

Senador TASSO JEREISSATI

2 | PRONUNCIAMENTOS

A photograph of Senator Tasso Jereissati, a man with grey hair, wearing a dark suit, white shirt, and patterned tie. He is standing behind a wooden podium with two microphones, speaking. The background is dark and out of focus.

A atividade parlamentar do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) se destacou também por importantes pronunciamentos sobre personalidades do jornalismo, da política e da economia, como também na abordagem e discussão desses mesmos temas que fizeram parte do debate nacional. Segue um resumo dos principais discursos realizados pelo senador durante o ano de 2004.

CRÍTICAS À POLÍTICA DE JUROS ALTOS

Respondendo no horário da liderança do PSDB a um pronunciamento do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), na sessão de 2 de março de 2004, o senador Tasso Jereissati começou dizendo que não iria falar sobre o rumoroso caso Waldomiro Diniz, apesar de estar preocupado com a gravidade do assunto. Mas, justificando que não fazia parte do seu temperamento atacar, acusar, mesmo em momentos como aquele, como fizera o PT na oposição, explicou que a sua presença na tribuna era para falar sobre juros e economia. “De alguma forma, considero até mais graves as últimas notícias relacionadas à economia brasileira do que o chamado escândalo Waldomiro Diniz. Este nos preocupa e fere uma série de valores éticos absolutamente indispensáveis à vida pública e à vida como um todo, mas a economia tem ferido de maneira substancial a maior parte da população brasileira, fazendo

que o exército de desempregados seja cada vez maior, assim como a fome e a miséria.”

E evocando a notícia sobre a queda na economia de 0,2% em 2003 e o crescimento da população projetado em 1,6%, concluiu que houve recessão, redução da riqueza nacional, “já tão escassa e mal distribuída”. Comparou a queda da economia e o empobrecimento da população com os altos lucros da Petrobras e dos bancos nacionais, para concluir que “há algo de muito errado ou podre neste reino [da Dinamarca]. Não é preciso ter convicções muito fortes de melhor distribuição de riqueza ou de justiça social para observarmos que, ao mesmo tempo em que empobrecemos diante desses lucros astronômicos, distribuímos pior ainda a riqueza nacional, que, por sinal, ficou mais escassa. Com certeza, isso não pode ser mais atribuído apenas à famosa herança maldita. Já passou a fase de culpar os outros pelos próprios fracassos”

Comentando o efeito da restrição fiscal, e da alta dos juros no período, mostrou sua preocupação com o futuro: “as maiores taxas de juros do mundo hoje continuam a corroer a capacidade de sobreviver da empresa nacional, gerar empregos, renda e riqueza. E, pior ainda, sacrificam a capacidade do povo brasileiro de alcançar um emprego, sobretudo um emprego justo e com remuneração condigna”. Com esse pronunciamento o senador Tasso Jereissati marcou uma atuação crítica à política dos juros do Banco Central, recebendo na época o apoio de vários senadores, inclusive do próprio PT, como foi o caso de Eduardo Suplicy (SP) que, além de compartilhar as preocupações do senador cearense, requereu a presença de membros da equipe econômica do governo na Comissão de Economia para se explicarem sobre o assunto num debate com os senadores.

CONDENA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A OPOSIÇÃO E DEFENDE O MINISTÉRIO PÚBLICO

A discriminação da União para com estados governados por partidos da oposição na liberação de recursos federais e sua posição contrária à diminuição dos poderes do Ministério Público foram tema de um pronunciamento do senador Tasso Jereissati na sessão de 5 de abril de 2004. Ele endossou discurso anterior do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), contra a tese de limitação do papel dos procuradores, motivada pelas denúncias de abuso do então subprocurador-geral da República na tomada de depoimento do bicheiro Carlinhos Cachoeira, envolvido no escândalo de corrupção com o ex-assessor do Planalto, Waldomiro Diniz.

Apesar de reconhecer atitudes abusivas de procuradores durante o governo Fernando Henrique Cardoso, Jereissati foi contra a idéia de redução de suas atribuições, por considerar importantíssimo o papel da instituição para a moralização do Estado brasileiro. “Não podemos nem devemos permitir que esses episódios re-

centes sirvam para isso, com o objetivo de calar durante os próximos anos a Procuradoria, que tem sido extremamente válida no seu trabalho de esclarecer à opinião pública os malfeitos na vida pública brasileira”, defendeu.

“Por outro lado, gostaria de reforçar as palavras do senador Antonio Carlos Magalhães, e com um tom até de revolta, contra o que li nos jornais sobre o que acontece com os orçamentos dos estados não governados pelo PT. O meu Ceará já teve os seus recursos dramaticamente reduzidos, recebendo importâncias muito inferiores às de estados menores e com população muito inferior, porém governados pelo PT.” Protestou lembrando que o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu um novo padrão de relacionamento, em que não havia esse tipo de discriminação. “Espero que termine esse tipo de ação que, em determinados casos, atrasada, retrógrada e inaceitável, não podemos aceitar”.

HOMENAGEM A NASCIMENTO BRITO

Durante homenagem, no dia 18 de fevereiro de 2004, ao ex-diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, falecido em 8 de fevereiro de 2003, o senador Tasso Jereissati, discursou falando sobre a dimensão da obra do homenageado, situando-o como uma testemunha privilegiada da história política das últimas duas décadas. “Mais do que um mero espectador, a ampla visão das questões nacionais, que sua inteligência e seu papel de liderança na imprensa nacional lhe proporcionavam, transformou-o em protagonista dos mais preciosos episódios jornalísticos de sua época”, disse.

“Rodeando-se do que havia de melhor no jornalismo nacional como Odylo Costa Filho, Jânio de Freitas, Reinaldo Jardim e Amílcar de Castro, levou para o *JB*, em 1962, o grande Carlos Castello Branco, na época da Tribuna da Imprensa. Apesar das funções de direção, Nascimento Brito era mais feliz no papel de jorna-

lista, no sentido amplo da palavra. A ditadura não podia suportar a audácia de quem não se curvava diante dela. Chegou ao ponto de vedar a veiculação de qualquer publicidade no *Jornal do Brasil*, na prática condenando-o à morte. Paradoxalmente, o *JB* resistiu. Foi exatamente essa independência que lhe conferiu credibilidade, garantindo-lhe tiragem e vendas necessárias à sua sobrevivência. Os leitores buscavam ali os fatos que a imprensa oficiosa sonegava. O *JB* sobreviveu, portanto, graças à inarredável presença e corajosa liderança de Nascimento Brito.”

“Rendemos aqui nossa homenagem e nos fazemos portadores do sentimento dos demais senadores à família do Dr. Nascimento Brito na pessoa de José Antônio (Josa), de Manoel Francisco (Quico) e de seu neto José Francisco, aqui presentes, assim como estendemos nosso penhor a todos que fizeram e fazem parte da história do *Jornal do Brasil*, obra e casa do inesquecível “Doutor Brito”.

HOMENAGEM A GETÚLIO VARGAS

Na sessão de 24 de agosto de 2004, o senador Tasso Jereissati prestou homenagem ao cinqüentenário de morte do ex-presidente Getúlio Vargas do mesmo partido (PTB) do seu falecido pai, o ex-senador Carlos Jereissati. Declarou-se testemunha da influência de Getúlio sobre a vida de seu pai, filho de imigrante libanês, que sofreu todo tipo de preconceito, comum também aos milhões de brasileiros que sofriam as barreiras sociais e econômicas, impostas pelas oligarquias rurais que tinham na manutenção da monocultura cafeeira a fonte de seu poder.

Lembrou que tal era a admiração de seu pai por Getúlio que ousou recebê-lo como hóspede em sua casa em Fortaleza no tempo em que Vargas apenas ensaiava o retorno à vida pública, após a queda do Estado Novo. “E dar-lhe abrigo então era arriscar-se a ser tomado como inimigo pelo poder constituído numa época de caça às bruxas.” Enfatizou a amizade

e a admiração mútuas que marcaram a trajetória política de seu pai, iniciada com a fundação do PTB no Ceará. “Com o retorno de Getúlio à presidência e motivado por levar a defesa dele até o Congresso Nacional, meu pai já era candidato à Câmara dos Deputados antes mesmo do fatídico agosto de 1954. Mesmo tomado de surpresa pelo gesto trágico do líder e amigo, insistiu na campanha e foi eleito em outubro daquele ano. Desde sua posse na Câmara em 1955 até sua morte em pleno mandato de senador em 1963, defendeu as bandeiras levantadas por Vargas”.

Abstendo-se das paixões que, segundo ele, o tema sugeria, Tasso Jereissati se fixou mais na análise da obra política de Getúlio Vargas, presente, a seu ver, em todos os setores da vida nacional. “Não seria exagero afirmar que o próprio Estado brasileiro começou com Getúlio”, disse, referindo-se a estado na forma organiza-

da da vida dos cidadãos. “Se é verdade que já existíamos há muito como nação, com identidade cultural sendo construída desde sempre; no Brasil do final da década de 20, o estado nacional se resumia à capital federal. A atuação da União nos Estados, pouco se diferenciava das antigas províncias coloniais, obedecendo aos interesses e circunstâncias dos acordos locais com o poder central”. Mostrou que as mudanças implantadas por Vargas foram a base política responsável pela construção dos marcos do Brasil moderno. Para servir de instrumentos dessa nova ideologia, Getúlio criou, quer como líder do movimento rebelde, quer como ditador autoritário, a máquina e as leis necessárias ao novo Brasil. E citou a profissionalização do serviço público, a consolidação das leis trabalhistas, o salário mínimo, a Previdência Social, o Ministério da Saúde, a nacionalização do petróleo e a Petrobras, entre os exemplos deste instrumental.

3 | PROJETOS DE LEI, EMENDAS E MEDIDAS PROVISÓRIAS



APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

O Senado aprovou, no mês de novembro, projeto de lei de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que tipifica como crime o trabalho escravo. O projeto veda a participação dos responsáveis em licitações, o acesso a financiamentos e benefícios públicos das pessoas físicas e jurídicas que o pratiquem, além do confisco dos bens, equipamentos e produtos resultantes do trabalho escravo, que serão apreendidos e levados a leilão público, revertendo o arrecadado em prol da fiscalização do trabalho. As constantes denúncias sobre trabalho escravo, incluindo atos de violência como a chacina de fiscais do trabalho em Unai, Minas Gerais, e o recrudescimento de conflitos no campo levaram o senador cearense a apresentar o projeto, que será agora examinado pela Câmara, onde o Governo Federal já articula uma Proposta de Emenda Constitucional de sua iniciativa.

Durante a 2ª Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, realizada no auditório do Superior Tribunal de Justiça, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, informou que, de janeiro de 2003 a outubro último, foram libertados 7.014 trabalhadores rurais em condições análogas às de escravos, enquanto o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA), Grijalbo Coutinho, cobrava ação “mais vigorosa” como a expropriação

de propriedades rurais onde for constatado o emprego de mão-de-obra escrava, proposta na PEC que o governo enviou ao Congresso.

O projeto de Jereissati acrescenta dois parágrafos ao artigo 149 do Código Penal, tipificando o trabalho escravo expressamente como crime e criando ainda o aumento da pena quando houver o uso da retenção de salários, de documentos, ou a utilização obrigatória de mercadorias ou serviços como meios coativos de agravamento da liberdade de trabalho. Aumenta ainda a pena para os que aliciam trabalhadores e os deslocam para serem submetidos a trabalho escravo.

REPERCUSSÃO

“Projetos como o do senador Tasso Jereissati, agravando sobremodo as punições para os responsáveis pela prática de trabalho escravo, são instrumentos da maior importância para a nossa legislação. Se as normas ali inscritas fossem estendidas a outros crimes, muito contribuiriam para a luta que se trava contra a violência em nosso País. O projeto Tasso Jereissati criou mecanismos legais que irão desestimular aqueles que buscam riqueza na exploração dos humildes, pobres trabalhadores que, na ânsia por trabalho,

acreditam nas vãs promessas dos que vão escravizá-los em plena época de modernidade.”

Senador Edison Lobão (PFL/MA)

“Todos aqueles que adotam o trabalho escravo devem ser enérgica e exemplarmente punidos, pois é absolutamente inconcebível que, nos tempos atuais, ainda haja pessoas que atuem dessa maneira. Entretanto, muitas situações do trabalho, que são tachadas como trabalho escravo, podem ser tão-somente descumprimento de dispositivos da legislação trabalhista ou de suas normas regulamentadoras e, assim, entre as duas situações, há uma grande diferença. Assim, o projeto de lei do senador Tasso Jereissati vem em momento oportuno e assume vital importância pois define as condições em que o trabalho é considerado trabalho escravo e impõe severas punições aos infratores. Certamente, esse projeto contribuirá para que não se comentem injustiças contra alguns empregadores e para que se protejam os trabalhadores brasileiros. Esse projeto de lei merece, portanto, o nosso integral apoio e ao senador Tasso Jereissati, os nossos cumprimentos pela oportuna iniciativa, que é coerente com sua postura de homem público, compromissado que é com os elevados interesses da sociedade brasileira como um todo.”

Senador Jonas Pinheiro (PFL/MT)



Tasso discute a questão das células-tronco durante reunião na Comissão de Assuntos Sociais

SENADO APROVA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO

O Senado aprovou a utilização de células-tronco extraídas de embriões a partir do terceiro ano de congelados, em pesquisas com fins terapêuticos. Foi uma maneira de conciliar um debate nacional que envolveu, de um lado, cientistas e portadores de doenças que esperam ser beneficiados pelas pesquisas e, de outro, setores contrários à aprovação. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) teve importante atuação na articulação do acordo que terminou com a aprovação da matéria pelo Senado. De formação católica, Tasso Jereissati trabalhou pela convergência em torno do texto aprovado, que vê como um tributo à vida, uma vez que, pela proposta do Senado, só serão utilizados embriões que seriam fatalmente descartados após um longo tempo de congelamento. E o que o projeto propõe é lhes dar um destino

muito mais nobre do que o do lixo, permitindo que sejam utilizados nas pesquisas que possam salvar ou melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Pelo atual processo de fertilização *in vitro*, são produzidos mais embriões do que são efetivamente implantados nos úteros maternos. O restante deles fica congelado para utilização posterior, mas só até determinado período recomendado pela ciência, já que sua capacidade de desenvolver-se com sucesso após implantados se reduz gradualmente com o passar dos anos. Daí pais e médicos preferirem a produção de novos embriões à utilização dos mais antigos, para reduzir os riscos do insucesso nas implantações. Esse descarte inevitável colocou os senadores diante do dilema de insistirem na proibição das pesquisas ou evitar o desperdício dos embriões, autorizando a utilização das células-tronco extraídas daqueles fadados ao lixo.

DEPOIMENTOS

CIENTISTAS DEFENDEM USO DE CÉLULAS DE EMBRIÕES

O projeto da nova Lei de Biossegurança foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação. Para a maioria dos especialistas, a pesquisa com células-tronco foi considerada essencial ao tratamento de doenças genéticas.

Muitos desses embriões, recordaram os expositores, acabam esquecidos pelos pais, seja porque eles já tiveram os filhos que desejavam, ou porque decidiram adotar uma criança. Como não podem ficar congelados para sempre, acabam descartados pelas clínicas, em vez de abrir caminho para o tratamento de doenças genéticas como a degeneração de músculos em crianças.

– Será que podemos comparar a vida dessas crianças com um embrião congelado? Podemos negar a elas a esperança de uma vida longa? Sou a favor de clonagem terapêutica, pois vi milhares de crianças morrerem e, pela primeira vez, vemos uma luz no fim do túnel – afirmou Mayana Zatz, diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo (USP).

Para o professor Marco Antônio Zago,

diretor científico do Hemocentro da USP em Ribeirão Preto (SP), é necessário fazer a distinção entre a extração de células-tronco de adultos, que podem reparar somente alguns tipos de tecidos, e a de embriões, que têm poder para produzir todo tipo de tecido.

REVOLUÇÃO

O médico Dráuzio Varela lembrou que, apesar da proibição, pelo Conselho Federal de Medicina, do descarte de embriões congelados, não há controle dessa prática. Na sua opinião, a possibilidade de fazer com que células funcionem como “fábricas de tecidos” poderá representar, para o século XXI, uma revolução na medicina equivalente à descoberta dos antibióticos no século XX. Os embriões congelados por período maior que cinco anos nas clínicas de fertilização poderiam ser usados para a pesquisa, segundo sugestão da professora Patrícia Pranke, da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Sempre após o consentimento dos pais”, observou.

DEBATE SOBRE CÉLULAS-TRONCO ENVOLVE CIENTISTAS

Autoridades médicas e especialistas não só abasteceram os senadores e deputados de

informações, como participaram ativamente dos debates sobre a nova Lei de Biossegurança. Eles consideraram de grande alcance científico e social a pesquisa com células-tronco para o tratamento de doenças genéticas.

Durante os debates, o senador Tasso Jereissati foi apontado pela revista *Época* como “principal voz dos cientistas e dos pacientes”. A professora de Hematologia da Faculdade de Farmácia e da Pós-graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Patrícia Pranke, avaliou que “o debate ocorrido no Senado Federal oportunizou o aprofundamento da questão. Os senadores tiveram um papel fundamental ao conduzir a discussão com sabedoria, abrindo os debates para a discussão dessa lei com a sociedade em geral, o que permitiu ouvir as diferentes opiniões entre cientistas, religiosos, pacientes entre outros”.

FRASES

“O Senador Tasso Jereissati teve um papel fundamental no debate da lei de Biossegurança em relação ao uso, com cautela, das células-tronco embrionárias e na elaboração do texto do projeto de lei. Além disso, o senador Tasso ajudou a viabilizar a abertura da discussão desta questão entre os cientistas e diferentes grupos religiosos. Acreditamos que apenas através da

discussão entre os diferentes membros da sociedade poderemos, de uma forma democrática, chegar a melhor solução para esta questão tão importante para toda a comunidade. Só assim, poderemos construir uma sociedade onde a ética e a ciência devem caminhar juntas em prol de uma sociedade melhor para todos.”

Patricia Pranke, Professora de Hematologia da Faculdade de Farmácia e Pós-graduada da Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto de Pesquisa com Célula-tronco.

“A importância do apoio do Senado para aprovação da lei de liberação das pesquisas com células-tronco é cabal e emergencial, mesmo considerando que a medida ainda não tenha alcançado o ideal. O número de doenças e lesões que poderão ser tratadas, significa esperança não só para os atualmente enfermos, como também para os que futuramente dependerão do tratamento médico proveniente desse avanço científico. Uma quantidade imensa de pessoas tem nas pesquisas com células-tronco a única perspectiva de sobrevivência. Em contraponto, nas questões de segurança pública, vários policiais são destacados para proteger uma única vida, mesmo numa situação de risco para a polícia. Como nosso País está na vanguarda da violência, precisamos de atitudes

para alcançarmos também, a vanguarda pela vida. Agradeço ao Senador Tasso Jereissati e alguns outros próceres que não hesitaram em enfrentar o bonde da hipocrisia, que mais uma vez tenta nos parar na estação da história.”

Marcelo Yuka, ex-baterista do grupo O Rappa



Cientistas debatem o projeto da Lei de Biossegurança em audiência pública

A LUTA PELAS MUDANÇAS DO PROJETO DAS PPPs E O PROCESSO MOVIDO POR DELÚBIO SOARES

Apoiado pelo seu partido, o PSDB, o senador Tasso Jereissati teve destacada atuação na identificação e combate das distorções do projeto do governo sobre as Parcerias Público-Privadas. Depois de lutar pelas mudanças no texto original, através de emendas e discussões, o senador conseguiu ao final inserir importantes alterações no texto aprovado no Senado. “Foi uma vitória da moralidade e do compromisso com o equilíbrio das contas públicas, constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei das Licitações, que não estavam contempladas no projeto”, disse comemorando.

Na discussão, que virou debate nacional, Tasso reconhecia a reduzida capacidade do Estado brasileiro para financiar obras de infraestrutura e serviços à população. Alguns não atraem o empreendedor privado pela baixa ou nenhuma rentabilidade. Mas não podem também ser muito caras as tarifas de serviços como o metrô, pedágio de uma estrada, frete ferroviário, taxa portuária, energia elétrica, etc., sob pena de se tornarem inacessíveis à maioria da população ou desinteressantes ao usuário. Daí a PPP como forma de compatibilizar o preço módico (interesse público) com a rentabilidade (interesse privado) do serviço. Tasso identificou

no projeto que chegou ao Senado, inúmeras deficiências que comprometiam o desejável equilíbrio entre estes interesses.

Para ele, o projeto comprometia a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo que os gastos da parte pública com as parcerias não fossem contabilizados como despesas, escapando assim aos limites de endividamento fixados pela lei. O processo de seleção do parceiro privado também desrespeitava a Lei de Licitações, dando margem ao dirigismo e à corrupção. A ausência de limites à participação e financiamento dos empreendimentos com recursos públicos, por meio de bancos oficiais ou de fundos de pensão patrocinados pela União, Estados e Municípios, criavam a absurda possibilidade do investidor privado não participar com o seu próprio capital. Foram estas as questões sobre as quais o senador cobrou transparência, até a aprovação da matéria.

Neste particular, a firme atuação do senador Tasso Jereissati provocou reação de um personagem até então pouco conhecido do grande público: Delúbio Soares, que processou Tasso por palavras proferidas durante a discussão do projeto, ao que o Supremo Tribunal Federal decidiu liminarmente pelo ar-

quivamento da interpelação judicial proposta, por entender que o senador estava no pleno exercício de suas atribuições como parlamentar. Mais tarde se revelaria o que estava por trás das atividades de Delúbio Soares e a sua atuação como arrecadador de recursos para o Partido dos Trabalhadores.



Tasso, em plenário, critica conteúdo do projeto da PPPs enviado pelo Executivo

RECURSOS PARA O CEARÁ

SENADO APROVA EMPRÉSTIMO PARA PROJETO SANEAR II

O senador Tasso Jereissati não só apoiou como atuou fortemente para que o Senado aprovasse, no dia 8 de junho de 2004, projeto de resolução autorizando empréstimo de US\$ 100 milhões para o Ceará. O empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi para as obras do programa de infra-estrutura básica e saneamento – Sanear II. Tasso Jereissati destacou a importância dos recursos para o saneamento do Estado na melhoria dos indicadores sociais. Orçado em US\$166,67 milhões, o Sanear II beneficiará mais de um milhão de cearenses, ampliando a cobertura com serviços de coleta de esgotamento sanitário em Fortaleza para 81,2% até 2009. Mudará também as condições sanitárias das comunidades do interior que têm entre 15 e 100 mil moradores. A meta aí é aumentar a cobertura dos sistemas de água de 75% para 80% até 2009 e a dos sistemas de esgoto de 13% para 35%, também até 2009. Com a iniciativa, o governo do Estado, através da Secretaria da Infra-Estrutura e da CA-GECE, garantirá mais saúde e melhor qualidade de vida aos cearenses.

O Sanear II investirá US\$166,67 milhões, sendo US\$100 milhões do BID, com US\$66,67 milhões de contrapartida do governo do Estado. Numa primeira etapa, serão assentados na capital 110.000 metros de rede coletora e 18.305 ligações de esgoto, beneficiando 100.311 moradores. Nas outras, mais 900 quilômetros de rede e 108.000 ligações de esgoto. No interior, Maranguape e Quixadá, com 73.000 habitantes juntos, estão no primeiro grupo de obras. Um com 7.200 ligações domiciliares e 35.000 metros de rede coletora, três estações elevatórias, 7.271 metros de linhas de recalque e uma estação de tratamento de esgoto. E o segundo, com 8.250 ligações domiciliares, 52.000 metros de rede coletora, seis estações elevatórias, 5,8 quilômetros de linhas de recalque e uma estação de tratamento de esgoto. Em Santa Quitéria se beneficiarão 17.000 habitantes com a ampliação da Estação de Tratamento de Água, da cobertura do sistema com 10.000 metros de rede e 2.000 ligações domiciliares. Mais 228 metros de adutora de água bruta e substituição de 14.000 metros de adutora de água tratada. E ainda a substituição de bombas na estação elevatória de água tratada e construção de duas estações elevatórias de água tratada. As demais

localidades estão sendo estudadas, dependendo da assinatura das concessões e da adesão das populações ao Programa.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS BENEFICIAM MUNICÍPIOS

O senador Tasso Jereissati cobrou por diversas vezes do Governo Federal maior agilidade na liberação dos recursos do orçamento para atender às graves necessidades das obras de infra-estrutura e dos programas sociais, sobretudo das regiões mais carentes de recursos. Preocupado com a realidade dos municípios cearenses e suas populações, ele mesmo incluiu emendas no orçamento executado em 2004 para diversos municípios do Ceará.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Senadores Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati e Edison Lobão durante debate do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

O Senado também debateu durante o primeiro semestre de 2004 a questão do desenvolvimento regional. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) se ocupou do assunto logo no seu pronunciamento de estréia na tribuna, em março de 2003, quando cobrou do novo

governo ações concretas em favor do desenvolvimento do Nordeste. Advertiu que “a solução do problema nacional terá que passar pela solução do problema regional”. Foi relator do projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM), estabelecendo que 35% dos investimentos do BNDES terão que ser aplicados obrigatoriamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Foi de Tasso Jereissati também o parecer favorável ao projeto de resolução de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), criando a Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR – composta de 17 senadores. No seu relatório, ele justificou que “os temas relacionados ao desenvolvimento regional são de extrema relevância para um País como o Brasil, que apresenta expressivas disparidades sociais e econômicas, sejam elas intra ou inter-regionais”. E que “o Senado Federal, como a Casa da Federação, neste momento em que se vislumbram novas perspectivas para a política de desenvolvimento regional, poderia contribuir significativamente para o debate das questões relacionadas ao desenvolvimento de regiões, estados e municípios com a instituição de uma comissão permanente de desenvolvimento regional tal como propõe o projeto de resolução em exame”. Mostrou ainda na sua análise que “o advento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo permitiria, então, que os temas que lhe serão pertinentes passem a ser discutidos tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento nacional perpassado pela ótica da diminuição das desigualdades regionais”.

CEARÁ REGISTRA MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS

Ao comentar relatórios do Banco Mundial que avaliam a melhoria dos indicadores sociais, o diretor do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil, Vinod Thomas, cita entre os bons exemplos, reconhecidos pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2004, o programa Saúde da Família, “particularmente no Estado do Ceará”. O relatório, prossegue, “destaca que o Estado conseguiu reduzir a mortalidade infantil de 100 por mil nascidos vivos para 25 por mil na última década. Poucos países conseguiram uma melhora tão expressiva nesse espaço de tempo”. E cita a experiência do Ceará com os agentes de saúde como exemplo importante para o Brasil e para o mundo. “O Estado ainda enfrenta grandes problemas sociais ligados à pobreza e dispõe de recursos limitados para fazer frente às grandes necessidades de investimento. Mas foi capaz de vencer esses obstáculos para avançar em diversos indicadores sociais, mostrando que é possível atingir metas ambiciosas por meio de planejamento e implementação adequados”.

Marcos Holanda, diretor do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), destaca os principais avanços dos indicadores sociais: entre 1992 e 2002, de acordo com dados do IBGE, a taxa de escolarização

no ensino fundamental do Estado, passou de 66,6% para 92,7%. Já a mortalidade infantil, conforme o Ministério da Saúde, recuou de 64,1 para 39,8 óbitos por mil habitantes, entre 1992 e 2000. Entre 1992 e 2002, o Ceará passou do 23º para o 19º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre os estados brasileiros. O índice Gini, que mede o grau de concentração de renda, caiu de 0,600 para 0,588 no Estado, também no período de 1992 a 2002, enquanto o do Brasil avançou de 0,580 para 0,587, e o do Nordeste, de 0,590 para 0,593.

O senador Tasso Jereissati, que governou o Ceará nos períodos avaliados, vê o Estado no caminho certo. Atribui aos avanços os caminhos que o Estado escolheu, promovendo o saneamento das finanças estaduais, a moralidade dos serviços públicos, a visão estratégica de planejamento e austeridade na aplicação dos recursos. “Com tais iniciativas, foi possível inclusive superar a barreira da falta de credibilidade, atraindo financiamentos de organismos internacionais e investidores estrangeiros”. Mas acha que “o dado mais notável escapou a todas as estatísticas e pesquisas: a melhora da autoestima do cearense. As pessoas se mostraram sensíveis às mudanças e as interiorizaram ao perceber que a realidade cotidiana pode e deve ser enfrentada. Ao mesmo tempo, adquiriram a consciência da importância de sua participação na comunidade a que pertencem”.



OUTRAS PROPOSIÇÕES

ISS – EMENDA DE TASSO BENEFICIA PROFISSIONAIS LIBERAIS

Emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), no Senado, ao projeto que define a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) dos profissionais liberais foi mantida pelo relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). A emenda corrige o texto original da Câmara na parte em que o profissional liberal deveria pagar, além do Imposto de Renda, também o ISS calculado sobre o total de seus ganhos, configurando uma bitributação. O senador qualificou a cobrança de “gravíssima injustiça em termos tributários”, alegando que tais profissionais já recolhem Imposto de Renda sobre tais ganhos, sendo a maioria enquadrada na maior alíquota de 27,5%. Após alterar a proposta no Senado, Jereissati se empenhou também junto ao relator da matéria da Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-SP), para mantê-la no seu relatório. A medida favorece os profissionais médicos, os que realizam análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres, enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, próteses (prótese dentária), médicos veterinários, contadores, auditores, guarda-livros, técnicos

em contabilidade, agentes da propriedade industrial, advogados, engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos, além de dentistas, economistas e psicólogos. Falta agora a aprovação no plenário da Câmara, onde Hauly e Tasso Jereissati pretendem defender a medida.

TASSO VOTA PELA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

“Constitui justificação da relevância, o inegável papel estratégico que o setor de bens de capital desempenha como indutor da modernização tecnológica de todos os segmentos produtivos e como base do processo de retomada do crescimento sustentado da economia.” Eis como o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) justificou o seu parecer pela aprovação da Medida Provisória criando o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – MODERMAQ –, que beneficia as indústrias de bens de capital com financiamentos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para aquisição de máquinas e equipamentos. Fez questão, porém de lembrar que a proposta se inspirou em programa

de sucesso implantado no governo anterior, o Moderforta – Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Implementos Agrícolas –, que teve por finalidade financiar a aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas, e obteve como resultados o aumento de produtividade, escala e eficiência do setor agrícola, com expressiva elevação do nível das exportações e dos investimentos direto e indireto.

TASSO PROPÕE REDUÇÃO GRADUAL DA CPMF

O projeto da reforma Tributária que chegou ao Senado Federal no final de 2003, não atendia aos anseios da sociedade de redução da carga tributária, muito menos trazia solução para o intrincado sistema tributário nacional. O senador Tasso Jereissati cumpriu destacado papel nas negociações com o governo, apresentando uma proposta de reforma em etapas, em que se atenderiam inicialmente às urgentes necessidades de caixa dos governos, para a adoção em seguida de uma gradual redução de tributos e simplificação do sistema. A proposta de Tasso era descomplicar o sistema e beneficiar o contribuinte.

Cumprida a primeira etapa, o restante da proposta parou na Câmara dos Deputados, sem previsão de aprovação. Tasso recorreu, em seguida, a uma proposta de emenda à Constituição de redução gradual da alíquota da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) dos atuais 0,38% para 0,08% em janeiro de 2008. A proposta, apresentada no dia 24 de novembro de 2004, prevê que a alíquota caia para 0,28% a partir de 1º de julho de 2005, até atingir 0,08% em 2008, quando tomaria caráter permanente. Alegou na justificativa que a proposta de redução da CPMF, a partir de 2005, fez parte de um entendimento entre governo e oposição durante a aprovação, no final de 2003, da prorrogação da contribuição por quatro anos. “A prorrogação pura e simples, por quatro anos, desse tributo de má qualidade, com alíquota tão elevada, não se coadunava, evidentemente, com a nossa proposta de reforma tributária”, afirmou.

O recente aumento da arrecadação com a elevação da alíquota do PIS/Cofins e com a cobrança da Cofins sobre os importados será mais do que suficiente para cobrir a redução da CPMF até o segundo semestre de 2006. Jereissati entende que as mudanças na cobrança do PIS/Cofins geraram aumento de arrecadação

de R\$9,7 bilhões, correspondente a aproximadamente 37% da receita da CPMF. Além de não representar perda final de arrecadação, a medida estimula a economia na medida em que aumenta de imediato o dinheiro em circulação e transforma a CPMF em tributo meramente fiscalizatório, segundo o senador.

Atuação nas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos

Além de Presidente da Subcomissão de Segurança Pública, o Senador Tasso foi relator de diversos projetos na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos, tratando de temas como alterações no estatuto da Criança e do Adolescente, benefícios previdenciários, incentivos ao turismo, pecuária e agricultura, rigor nos crimes contra a administração pública, entre outros. As matérias relatadas podem ser visualizadas no site do senador na página www.senado.gov.br/tassojereissati.

4 | AGENDA



Confira os principais eventos dos quais participou o senador Tasso Jereissati, além da sua agenda de trabalho, no ano de 2004.

FEVEREIRO

Dia 18 | Homenagem ao jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, ex-diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, falecido em 8 de fevereiro de 2003.

MARÇO

Dia 3 | Senador Tasso Jereissati vota pela constitucionalidade do projeto que determina registro no CREA de mestre de obras, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Dia 17 | Em pronunciamento do plenário, o senador cobra o cumprimento dos acordos firmados pelo Governo com a Oposição, por ocasião das votações no Congresso Nacional e defende permanência do ministro Antonio Palocci no Ministério da Fazenda.

Dia 23 | Durante pronunciamento, o senador analisa declarações do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e volta a defender a permanência do ministro Palocci no comando da equipe econômica.

Dia 30 | Em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Tasso Jereissati partici-

pa de debate com ministro Antonio Palocci, reafirmando sua visão sobre a economia do País.

ABRIL

Dia 5 | Senador faz pronunciamento condenando a discriminação do Governo Federal na liberação de recursos para estados governados por partidos de oposição. Na ocasião, também, declara-se contrário à idéia de diminuição dos poderes do Ministério Público.

Dia 5 | Em seu gabinete, Brasília, senador reúne-se com desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará e com presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais. Em ambos encontros foi discutida a proposta de reforma do Poder Judiciário.

Dia 19 | A Subcomissão de Segurança realiza audiência com as presenças do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; e com o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. Na oportunidade, foi debate a crise na segurança no Rio (foto) por solicitação do senador Tasso Jereissati.

Dia 23 | A Câmara Municipal de Fortaleza homenageia o senador com a concessão de Medalha do Mérito Legislativo.

Dia 26 | A Subcomissão de Segurança realiza audiência com a presença do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho,

para debater a crise na segurança pública do Estado.

Dia 27 | A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprova projeto de autoria do senador Tasso Jereissati que combate o trabalho escravo no Brasil.

MAIO

Dia 5 | O senador Tasso Jereissati é eleito presidente da Comissão Mista que analisou Medida Provisória do Salário Mínimo.

Dia 6 | A Subcomissão de Segurança realiza reunião com representantes da Polícia Federal, que estavam em greve há dois meses. Participaram do debate representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF).

Dia 7 | Em Cuiabá/MT, o senador faz palestra, durante evento do Instituto Teotônio Vilela, sobre reforma Tributária e conjuntura política/econômica.

Dia 11 | A Comissão Mista do Salário Mínimo reúne especialistas para debater Medida Provisória do Salário Mínimo.

Dia 12 | O senador Tasso Jereissati preside reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo, com a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Dia 13 | A Comissão Mista do Salário Mínimo apresenta relatório propondo como valor do novo mínimo R\$275,00.

Dia 13 | Senador Tasso Jereissati participa do ato de lançamento da candidatura do ex-ministro José Serra à Prefeitura de São Paulo, na Câmara Municipal.

Dia 25 | O senador Tasso Jereissati participa na Comissão de Assuntos Econômicos da reunião que aprovou pedido de empréstimo de US\$100 milhões do Estado do Ceará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – para obras de infra-estrutura básica e saneamento – Sanear II.

JUNHO

Dia 2 | Debate na Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto de biossegurança com especialistas.

Dia 8 | Senado aprova empréstimo para implantação do Projeto Sanear II.

Dia 15 | Debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com a participação do presidente do BID, Henrique Iglesias, sobre o tema “Brasil – Proposta de Desenvolvimento”.

Dia 17 | Senado aprova novo valor do mínimo para R\$275,00.

Dia 18 | Lançamento da chapa Cambraia/Cavalcante, na sede do PSDB, em Fortaleza.

Dia 19 | Viagem ao interior do Ceará para participar das convenções municipais do PSDB em Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Crato.

JULHO

Dia 16 | Homenagem com o troféu Clóvis Rolim, no CDL, em Fortaleza.

AGOSTO

Dia 09 | Reinício dos trabalhos no Senado Federal.

Dia 10 | Aprovação do projeto de Biossegurança (célula-tronco), na Comissão de Educação.

Dia 20 | O Partido dos Trabalhadores ingressa com interpelação judicial ao senador Tasso Jereissati, no STF.

Dia 24 | Senador faz pronunciamento sobre PPPs e interpelação do PT.

Dia 26 | Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, decide não acatar interpelação ao senador Tasso Jereissati.

Dia 27 | Visita aos municípios de Pentecoste, Acarau, Marco e Massapê.

SETEMBRO

Dia 16 | Senador participa de reunião de líderes do governo e da oposição com o então ministro do Planejamento, Guido Mantega, sobre Projeto das Parcerias Público-Privadas.

Dia 17 | Senador profere palestra na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro sobre o Projeto das Parcerias Público-Privadas.

Dia 31 | Visita aos municípios de Icó, Orós, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

OUTUBRO

Dia 6 | Senado aprova Lei de Biossegurança, com autorização do uso de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos.

Dia 19 | Senador Tasso Jereissati participa na Comissão de Assuntos Econômicos de audiên-

cia pública que debateu Projeto de Parcerias Público-Privadas, com as presenças do chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca, e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão.

Dia 20 | Senador participa do seminário “Parcerias Público-Privadas: quem ganha e quem perde”, realizado no Senado Federal.

NOVEMBRO

Dia 9 | Audiência Pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com as presenças do economista Raul Veloso; do representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, José Adrião de Sousa; do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy; e do subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde.

Dia 17 | Senado aprova Reforma do Judiciário. Senador Tasso defende emenda que mantém composição dos Tribunais Regionais Eleitorais

com dois desembargadores, dois juizes estaduais, dois advogados e um juiz federal.

Dia 18 | Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e aprovação do relatório do projeto de Parcerias Público-Privadas. Senador relata, em plenário, Medida Provisória que estabelece a criação do Programa de Modernização do Parque Industrial (MODERMAR).

DEZEMBRO

Dia 1º | Palestra na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, sobre conjuntura político-econômica brasileira e sua experiência como governador três vezes do Estado do Ceará.

Dia 8 | Senador Tasso Jereissati participa de solenidade de promulgação da reforma do Poder Judiciário, em sessão solene do Congresso Nacional.

Dia 9 | Senador Tasso Jereissati participa de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, é aprovado o projeto de Parceria Público-Privada, que teve intensa participação dele.

EXPEDIENTE

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Endereço: Anexo I – 11º andar – salas 1101/1110

Senado Federal – Brasília/DF – CEP 70165-900

Telefone: (61) 3311-4846 – Fax: (61) 3311-4590

Home page: <http://www.senado.gov.br/tassojereissati>

e-mail: tasso.jereissati@senador.gov.br

Programação Visual

Secretaria Especial de Comunicação Social

Núcleo de Criação e Marketing

Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado Federal

